

EDITORIAL

Em tempo de conjuntura política em condições históricas e descontinuidades de rupturas democráticas vivenciadas com a presença da governabilidade federal brasileira vigente, dialogar sobre questões indígenas; conhecimento tradicional; resistência; problemáticas de gênero; protagonismos dos povos tradicionais, tem relevância política e ideológica porque simboliza resistir contra todas as formas de retiradas de direitos sociais e demais condições de exploração desse cenário opressor, caótico em que se presencia.

Contribuir com o conhecimento em momentos de perdas e fechamentos de universidades públicas, que construíram ciências em longos processos históricos, é a prova que estamos lutando por ideários libertários e literários que permitem uma memória de conhecimentos contra-hegemônicos que fundamentam o processo de humanização dos atores e atrizes na sociedade. É nessa circunstância que apresentamos a **Revista OPARÁ**, que está em seu ano 5 e vol. VII, trata-se do periódico semestral do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação da UNEB/Campus VIII - Paulo Afonso.

A proposta dessa edição retrata um diálogo constante com as problemáticas associadas às questões que contextualizam a diversidade em ação. Para tanto essa discussão aflora nosso ideário político e militante, porque reconhece a existência de processos educativos nas entrelinhas dos textos que envolvem o tema educação e pluralidade cultural. Cumpre sublinhar que, enquanto docente, nessa perspectiva de ação: ensino, pesquisa, extensão, militância, utopias, lutas, embates, diálogos pacíficos e acirrados, desejos de mudanças, inquietações, indignações e tantas outras circunstâncias no âmbito da organicidade e dos sentimentos estamos sempre tentadas a nunca parar, mas continuar com a vida acadêmica em um clamor de expectativas que envolvem a condição de viver, ser e atuar.

Assim, esse exemplar contém um elenco de artigos que significam o diálogo sobre a **proteção jurídica e a saúde mental** do indígena brasileiro, pois debruça sobre a garantia da saúde dos povos originários. Ademais, a contribuição sobre a

Concordância de Uso e Importância das Espécies Utilizadas como Medicinais pela comunidade do Povoado Juá, Paulo Afonso – BA, reafirma a importância da pesquisa etnobotânica no resgate do conhecimento tradicional, seja pelo seu valor histórico ou pela necessidade de confirmação das indicações de uso. A leitura de **Denúncia e Resistência nas obras de Daniel Munduruku e Kaká Werá Jecupé**, faz referência as representações do indígena brasileiro produzidas por portugueses da segunda metade do século XVI. O artigo é uma inferência nas leituras de crônicas de viajantes como Gabriel Soares de Souza e Pêro de Magalhães Gândavo. As considerações retratam que o tom das observações destes autores é reflexo de uma atitude etnocêntrica que considera os valores do EU como modelo, não reconhecendo a validade de outras práticas e costumes. Dialoga também com a problemática da **Discriminação Jurídica do Trabalho Doméstico e Relação de Gênero e Raça**, em abordagem sobre a historicidade e discriminação dos trabalhadores domésticos no Brasil, que foram submetidos a longos anos de exclusão de proteção jurídica. A pesquisa baseia-se em revisão de literatura e a análise de alguns textos normativos que disciplinam as relações jurídicas trabalhistas desta categoria.

Ainda apresenta um significativo aporte sobre **O Protagonismo dos Povos do Campo: Espaço de Articulação e Resistência**. Esse artigo faz análise das Jornadas de Agroecologia da Bahia, em particular a quinta edição, como espaço caracterizado pelo protagonismo dos povos do campo, através das articulações e ações de resistências. O texto identifica aspectos que contribuem para o avanço e fortalecimento das lutas dos referidos povos. Para a finalização, a revista reforça sobre: **A circulação e interação de jovens universitários Indígenas Potiguara na cidade de João Pessoa**. O trabalho compreende as redes de relações sociais construídas por seis jovens universitários indígenas Potiguara na região metropolitana da cidade de João Pessoa, Paraíba e como se dá essa interação entre a espacialidade urbana e as aldeias situadas nas Terras Indígenas (TI) Potiguara no litoral norte paraibano.

Como considerações que não deixam finalizar, admitimos a marca de uma produção acadêmica seriamente comprometida em protagonizar ações que elaboram relevâncias para os processos educativos, a etnicidade e os movimentos sociais, permitindo o alargamento das políticas públicas para os protagonistas da história brasileira, os

povos originários, desmembrados pela elite colonialista, escravocrata e detentora do capital; grupo que conduz a subalternidade como condição “natural” de existência social.

Elíia Camargo Rodrigues

Equipe Editorial